Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca

BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

1. A REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO

BRASILIA, 31 DE MARÇO DE 1965.

PERANTE O CONGRESSO NACIONAL, POR OCASIÃO DA SESSÃO SOLENTE COMEMORATIVA DO 1º ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO.

Honrado pelo convite com que me distinguiu o Congresso Nacional, para participar da solene sessão com que celebra o primeiro aniversário da Revolução, aqui estou para falar à Nação brasileira. Honra tanto maior quando não é dos nossos hábitos usar o Presidente da República esta tribuna dos representantes do povo.. Contudo, nisso devemos ver que estamos numa época de renovação, na qual é natural que se inove. Tanto mais quanto o que é hoje singular bem poderá ser a norma de amanhã.

Nem podemos esquecer que nesta Casa, por decisão da sua maioria, constituiu-se o Govêrno Revolucionário. Justo, portanto, que aqui retorne, sob inspiração da harmonia dos Podêres do Estado, para prestar contas à Nação do quanto foi possível fazer em cumprimento do programa de ação que nos traçamos há um ano.

Mas, de qualquer modo, não haveria Tribuna mais alta para, em data tão marcante de nossa história e tão grata à consciência democrática do País, dirigir-me aos brasileiros; nem posso deixar de assinalar a presença de representantes do Supremo Tribunal Federal, numa inequívoca demonstração de que aqui e neste momento, é a própria nacionalidade, pelo que tem de mais expressivo dos seus três Podêres, que se congrega num magnífico ato de fé.

Realmente, se nos reunimos para lembrar um dêsses acontecimentos históricos que de tempos em tempos surgem para corrigir a bússola dos povos, a verdade é que o fazemos voltados principalmente para o futuro. Foi extraordinário e fundamental o que a Revolução de 31 de março representou para os brasileiros e para

a preservação das suas liberdades nas perspectivas do tempo. Ainda mais fundamental é o que ela está fazendo e fará pela renovação do Brasil.

A Nação é testemunha de que não prometemos milagres. O Govêrno confia, também, em que ela saberá testemunhar que não escolhemos as nossas tarefas, senão que estas nos foram impostas pela dura herança da inflação, da estagnação econômica e da subversão que lavravam no País.

A cada um dos problemas encontrados, a cada um dos desafios que a realidade brasileira nos lançava ao rosto, procuramos responder com objetividade, com firmeza, sem demagogia e sem deformações ideológicas. Não alimentamos esperanças vãs, mas também não provocaremos desesperos tardios.

Não devemos confundir meros episódios insurrecionais, por mais felizes que hajam sido, com as verdadeiras revoluções, que se estendem através de gerações. Aquêles são frutos da audácia bafejada pela boa sorte; em geral, simples meteoros que riscam fugazmente a história de um povo, no qual não deixam qualquer vestígio. As revoluções, entretanto, as verdadeiras revoluções, por menos que o percebam os contemporâneos, exprimem vigorosas aspirações, arraigadas correntes de opinião, que, depois de longamente represadas, encontram o curso que as conduz vitoriosamente. Por certo, a sua marcha não será tranqüila, pois, numerosos e por vêzes fortes, são os obstáculos a vencer até se afirmar definitivamente. Nem poderia ser de outro modo, se o próprio sôpro renovador, que lhe é inerente, deve enfrentar interêsse e preconceitos difíceis de remover. Quem ignorará a oposição com que se deparam as transformações políticas, econômicas e sociais, naturalmente obrigadas a suprimir antigos privilégios?

Em verdade, são raras as revoluções. A nossa história, tão marcada por agitações e rebeliões, muitas delas de extensa repercussão na vida do País, não contará mais de três ou quatro, após a Independência. Mas, quanto a estas a verdade é que, vitoriosas, não houve como fazê-las refluir, pois a História jamais anda para trás. E quem lançar as vistas sôbre o nosso passado verá

estarmos vivendo uma daquelas revoluções feitas para ficarem na lembrança e na vida da nacionalidade.

Sòlidamente vinculada às aspirações de quantos almejam progressivo aperfeiçoamento de nossas instituições políticas e sociais, tem raízes bem mais profundas do que imaginam os que a pretendem limitar a simples episódio de rebeldia popular ao qual se associaram decisivamente as Fôrças Armadas. Na realidade, a Revolução de 31 de março representa estágio inevitável da nossa evolução. Um elo nessa extraordinária cadeia de acontecimentos que nos tem permitido, através de fortes e numerosas vicissitudes, progredir sem prejuízo da conservação das características fundamentais dos sentimentos do nosso povo. Prova inequívoca e incontestável é a própria decisão inicial da Revolução, que, num momento de triunfo, e quando nada lhe poderia contrariar as determinações, jamais vacilou no empenho de preservar os órgãos representativos da democracia e da legalidade.

Nem é possível esquecer que por duas vêzes neste século foi o Brasil chamado a atravessar o Atlântico para participar dos grandes conflitos mundiais que assinalaram o encontro de concepções políticas antagônicas. E em ambas o que inspirou a bravura e o sacrifício dos nossos soldados foi o amor à causa da liberdade. Natural, portanto, que, ameaçadas como estiveram as instituições livres e democráticas, reagissem os brasileiros com energia e decisão, abrindo caminho para a vitoriosa jornada de 31 de março.

Contudo, a Revolução estaria muito aquém das aspirações populares se limitada a deter e repelir os graves e iminentes perigos que pesavam sôbre nossas instituições políticas. Daí o empenho do Govêrno nas reformas destinadas a atualizá-las, aprimorá-las e revigorá-las, e que de modo indelével assinalam o primeiro ano do Govêrno Revolucionário. São elas que verdadeiramente representam os ideais daqueles brasileiros mortos nos campos de batalha para que não desaparecessem do nosso mundo, como legado deixado a nossos filhos, aquelas quatro liberdades, que acreditamos inalienáveis do nosso patrimônio.

Liberdades que parecem haver dado aos povos, em boa hora, maior consciência dos seus direitos dentro das possibilidades de

cada comunidade. Direitos que se refletem em problemas políticos, sociais e econômicos que nos cabe resolver, ou pelo menos orientar. E, se desejamos afastar a ameaça de maiores conflitos, certamente de imprevisíveis conseqüências, não há como deixar de reformar, substituindo o que é arcaico ou inadequado à nossa época por preceitos e normas capazes de apaziguarem. No particular não podemos deixar de evocar um dos luminares da vida parlamentar brasileira: "As reformas não agitam senão quando não são necessárias. As reformas necessárias não excitam: acalmam; não abalam: consolidam. Tôdas as reformas reconhecidamente necessárias são elementos de conservação".

É, aliás, o que bem explica a irritação daqueles que imaginaram tornar-se os beneficiários do caos nacional. Hoje não se conformam com a série de medidas realizadas ou anunciadas pela Revolução, tôdas elas no sentido de atender justas reivindicações, ou desvendar perspectivas que ponham a esperança no coração de todos os brasileiros.

Nada, no entanto, modificará a nossa decisão. Creio, aliás, poder dizê-lo com a segurança de quem tem encontrado do Congresso Nacional dedicada e eficiente colaboração. E estou certo de que já antevendo o que representará para o País essa caminhada reformista, os próprios senhores congressistas se sentirão orgulhosos da obra pacífica, tenaz e laboriosamente realizada. Ela é que assinalará êste período da vida parlamentar brasileira como um dos mais fecundos da sua História. Para atestá-lo bastaria lembrarmos como foi possível levarmos a cabo, num ambiente de compreensão e recíproca transigência, muito do que se afigurava impossível em relação à Reforma Agrária, que neste ano será implantada, propiciando ao País os seus primeiros resultados. Também a Reforma Bancária e a Lei de Greve, que se arrastaram indefinidamente, incorporaram-se em boa hora à nossa legislação. E um conjunto de leis relativas ao problema habitacional coloca êsse grave e angustiante problema em têrmos de ser resolvido, ao mesmo tempo em que o salário-educação abre possibilidades de solução para a deprimente questão dos nossos elevados índices de analfabetismo.

Novas reformas serão encaminhadas à apreciação do Congresso Nacional. E dentre elas poderemos enumerar de logo as pertinentes ao sistema eleitoral e aos partidos políticos — ambas destinadas à melhoria da prática de nossas instituições democráticas: a relativa à Administração Pública, que urge racionalizar; a da nova discriminação de rendas, que corrigirá perniciosas distorções que debilitam gravemente a Federação; e aquelas que visam a atualizar os nossos principais códigos, já impróprios para atenderem às inevitáveis modificações da nossa estrutura social.

Assim como o ano de 1964 pode ser considerado como de correção das distorções econômicas, creio que se poderá considerar o ano de 1965, primordialmente, como de correção de distorções políticas.

Muito há que fazer, neste sentido. Muito há que esperar do Congresso, neste particular. A tumultuada história política do País, nos últimos 20 anos, está a nos indicar que não devemos olhar a democracia como coisa perfeita e acabada, senão como um ideal a ser atingido, um processo sujeito a contínuo enriquecimento, adaptação e aperfeiçoamento. Do mesmo modo, os instrumentos de acesso e contrôle do poder político precisam ser contìnuamente referidos à realidade social que os criou e os reclama. O Executivo está propondo ao Congresso algumas reformas que considera urgentes como fator de renovação e fortalecimento dos partidos políticos e como fator de consolidação da Justiça Eleitoral.

Nosso esfôrço, na hora presente, deve orientar-se no sentido da descoberta e do fortalecimento de condições que facilitem a renovação democrática do País a fim de que, revitalizada institucional e moralmente, possa a democracia tornar-se o que ela nunca deveria deixar de ser: uma fôrça que polarize as jovens energias, que corresponda às necessidades e às aspirações da sociedade moderna; que se adapte à rápida evolução do progresso científico e tecnológico.

O problema da democracia, sobretudo num País ainda em fase de desenvolvimento, é que êle não pode ser isolado em sua estrutura política.

Impõe-se a sua vinculação ao desenvolvimento econômico — tornado objetivo político prioritário — e à abertura de oportunidades em todos os níveis de participação. Esta a visão que leva o Govêrno Revolucionário a fazer repousar o processo de democratização da vida do País tanto no nível das instituições políticas, como no nível das estruturas econômicas. Em qualquer dêsses níveis, trata-se de criar a verdadeira democracia das oportunidades, sem o que dificilmente nos livraremos da sucessão de crises que atormentam e entorpecem o funcionamento do sistema político.

Não é, pois, pequena ou modesta a tarefa que nos cabe realizar em favor dos brasileiros, no sentido de progressiva ascensão das suas condições de vida, especialmente em determinadas áreas do País. Pelo contrário, ela poderia ser tida como ambiciosa, tantos os setores a serem atingidos pelo timbre revolucionário. Na realidade, ela é inevitável e imprescindível. Precisamos aproveitar os caminhos da Revolução para implantarmos a renovação.

Seria bem pouco, e até mesquinho, se o 31 de março representasse apenas uma substituição de homens, por mais graves as culpas dos afastados da vida pública. Acima de tudo devemos encarar a Revolução como a oportunidade para o País aprimorar concepções, costumes e métodos de administração. Disso decorrerá necessária mudança de atitude diante dos problemas brasileiros, que deverão ser equacionados em favor do povo, e não à luz de inconfessáveis interêsses políticos ou pessoais. Era o que o Brasil há muito desejava — e é o que a Revolução está transformando em realidade. Assim, graças a essa conjugação entre o que os brasileiros aspiram e as realizações da Revolução, é que esta conquistará o apoio para se projetar no tempo, dando continuidade à obra agora iniciada. Por mais de uma vez tenho declarado que a permanência não deve ser de pessoas, normalmente transitórias, mas das idéias, que desconhecem as limitações do tempo.

É dentro dêsse *desideratum* que buscamos efetivar o desenvolvimento com estabilidade. E devemos reconhecer já havermos feito bastante no sentido de corrigir as deformações de nossa economia, que aceleravam a inflação sem acelerar o desenvolvimento. Devemos prosseguir vigorosamente a combatê-la, completando

agora as medidas de saneamento das finanças públicas, com a criação de nova atmosfera, baseada no pressuposto do desenvolvimento com estabilidade em substituição ao inflacionário, e por isso mesmo fictício. Haverá problemas de transição, mas a êstes nenhum país escapou ao tentar o que estamos realizando.

De tempos em tempos o Brasil tem tentado corrigir, pela luta contra a inflação, distorções perturbadoras da economia e da atividade social. Contudo, não o tem feito com firmeza. Em 1950, ao encerrar a sua vitoriosa campanha, o futuro Presidente da República lembrava: "A revolta das massas empobrecidas pela terrível alta do custo de vida e desfalcadas, por isso mesmo, do tesouro das esperanças". E na ocasião a taxa da inflação era inferior a 12%. Dez anos depois o candidato que se elegeria batia na mesma tecla: "Minha primeira preocupação, dizia, será deter a marcha da inflação que a todos nos levará ao desespêro..." E tínhamos então uma inflação a 25%. Que dizermos em 1964, quando prevista uma taxa inflacionária de 140%?

O Govêrno sabia não poder contar, simultâneamente, com o apoio dos que desejam a diminuição dos custos sem a contrapartida da baixa dos preços, e daqueles que reclamam a contenção dêstes, mas não querem a racionalização salarial. Natural, portanto, que receba a insatisfação de uns e outros, até que possa dar a todos a recompensa prometida e merecida.

Certamente, teria sido mais cômodo satisfazer o assalariado pela manhã, o empresário à tarde, e assistir à noite a perplexidade de ambos. Mas uma política econômica não se limita aos reclamos do momento. Deve esforçar-se por ver longe e fixar amplos objetivos, certa de que o pior é a sucessão rápida de políticas contraditórias.

Na marcha para a estabilização, ora iniciada, os produtores devem enfrentar maior competição, defrontando-se com um consumidor mais exigente: cabe-lhes cortar despesas, apurar técnicas e renunciar ao lucro fácil e ilusório da inflação. O Govêrno assistirá a quantos colaborem na estabilização dos preços, seja diminuindo encargos tributários e cambiais, seja ampliando-lhes o crédito. Do mesmo modo que ao Govêrno cabe refrear as despesas

de custeio, minorar os *deficits* das autarquias numa austera política salarial, a fim de reservarmos recursos para investimentos produtivos.

Êsse o grande reajustamento de atitudes e valôres que atravessa a nossa economia, e que será tanto mais breve quanto mais firmes em substituir o desenvolvimento inflacionário pelo desenvolvimento com estabilidade.

Como complemento ao programa anti-inflacionário pretendo apresentar ao Congresso medidas para estimular a produtividade e a contenção de preços. Proporemos a redução do impôsto de renda das firmas que preferirem a elevação da produtividade à alta dos preços; a contenção de altos salários, como estímulo à poupança e em reconhecimento à compreensão manifestada pelos assalariados de renda mais baixa; normas de política salarial destinadas a manter a participação dos trabalhadores no produto social, elevando-a com os aumentos de produtividade, em vez de continuarmos na desesperada corrida entre preços e custos. Também solicitaremos medidas para combater a sonegação fiscal e o consumo de luxo, numa sociedade que tem o dever de atenuar os dolorosos desníveis da fortuna.

O desenvolvimento econômico exige contínuo esfôrço para a expansão da infraestrutura de energia e transporte. Submeterei ao Congresso um sistema que contemple maior participação do usuário no financiamento da melhoria dos serviços de energia elétrica, bem como na manutenção das rodovias.

Também proporei uma reorganização do mercado de valôres, para encorajar a aplicação de capitais de risco, disciplinar em limites razoáveis o acesso das emprêsas estrangeiras ao crédito nacional e possibilitar aos nossos empresários recursos no mercado financeiro em condições mais favoráveis.

Mas, criadas as condições para um progressivo contrôle dos preços, cuja virtual estabilidade esperamos alcançar em 1966, urgenos empenharmos na retomada do desenvolvimento, verdadeira pedra de toque da vida nacional. Essa será recompensa aos duros sacrifícios impostos a trabalhadores e empresários, por uma política destinada a corrigir males há muito acumulados.

Durante 1964, o Govêrno concentrou seus esforços em quatro áreas fundamentais: reativar a agricultura, descongelando preços e outorgando incentivos à produção; conter a tendência crescente de aumento das despesas de custeio a fim de poupar fundos para investimentos; mobilizar recursos não inflacionários para o financiamento dos programas de habitação, energia e transporte, educação e reforma agrária; e reconstruir o crédito externo.

Êsses objetivos foram substancialmente alcançados. A agricultura, fator pesadamente negativo do decréscimo do produto no ano passado, contribuirá êste ano com safras superiores entre 20 a 25% às do ano passado. A participação dos investimentos no dispêndio total do Govêrno, que fôra de 18% na média do triênio 1961/1963, ascendeu para 21% em 1964; devendo atingir 29% em 1965 e 34% segundo a proposta orçamentária de 1966, que pressupõe manter austera disciplina nos gastos de custeio. Os recursos para habitação foram ampliados com a aprovação do Plano Nacional de Habitação; o Fundo Rodoviário, antes insuficiente para cobrir o custeio e a manutenção e atender às dívidas em atraso, teve seus recursos duplicados com a nova tributação sôbre combustíveis e a adoção de taxas cambiais realistas; os investimentos em energia elétrica podem ser agora ampliados com a revisão de tarifas e sobretaxas, subseqüentes à realização do ativo de emprêsas, efetuada nos últimos três meses: o salário-educação trará vigor considerável aos investimentos estatais em educação.

O crédito externo foi reconstituido e o balanço em conta corrente, pela primeira vez em sete anos, apresenta saldo positivo. Ainda em abril, graças à consolidação de dívidas e à obtenção de créditos compensatórios, estaremos em condições de liquidar totalmente os atrasados comerciais, grave elemento de descrédito do País no exterior.

O que se objetiva com êsse conjunto de medidas administrativas, econômicas e técnicas, é acelerar a formação de capital e o aumento geral de produtividade nos diferentes setores.

A busca do Govêrno é no sentido do desenvolvimento com estabilidade e justiça social, de tal modo se tornou flagrante que a ausência de um só dêsses elementos compromete mesmo a curto prazo a eficiência do sistema geral.

Não cabe, por isso mesmo, nenhuma razão aos que pretendem ver no combate à inflação um elemento nocivo ao desenvolvimento do País, como se não fôsse a inflação um dos fatores responsáveis pela estagnação de 1962 e 1963. Alguns pretendem que os investimentos serão sacrificados cegamente pelas medidas que as autoridades fazendárias vêm adotando com o propósito de se aproximar do equilíbrio orçamentário. Nada mais incorreto. Na Mensagem que vos enviei por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1965, estão anunciadas inversões diretas da ordem de um trilhão e 934 bilhões de cruzeiros, incluindo-se nesse total recursos oriundos do Orçamento, Fundo Rodoviário, Fundo de Marinha Mercante, Fundo Portuário, BNDE, Empréstimo Compulsório e outros. Quando calculados os investimentos de órgãos federais, como a Petrobrás, Companhia Siderúrgica Nacional, Vale do Rio Doce, Institutos de Previdência e outros, será possível contar com mais 350 bilhões de cruzeiros. Pensa, assim, o Govêrno, aplicar recursos próprios no montante aproximado de 2 trilhões e 284 bilhões de cruzeiros, sem falar na entrada substancial de capitais do exterior, prevista para êste ano.

O que êsse programa reflete é o esfôrço do Govêrno para tornar vários setores auto-financiáveis através de preços e tarifas realistas, e para melhorar a composição de suas despesas, a fim de liberar maiores recursos para investimento, sem agravamento do *deficit* e reduzindo mesmo a pressão inflacionária a ser ainda provocada pelo *deficit* da União. Para uma idéia comparativa da pressão de agora com a de outros tempos, basta lembrar que representou 5,1% do produto nacional em 1962 e 1963; baixou para 4,2% em 1964 e deverá reduzir-se a 2,8% êste ano. O equilíbrio esperado se dará em 1966.

Muito se tem falado de nacionalismo e de emancipação econômica. É preciso distinguir, contudo, entre os que apenas verbalizam êsses conceitos e os que procuram concretizá-los na prática. Não há maior contradição do que falar em emancipação e relegar para um segundo plano o incremento das exportações, por onde procuramos obter, hoje, a liberdade de comprarmos onde quisermos sem submissão às exigências dos financiadores. Não há nacionalismo na proteção à ineficiência. Não há maior frivolidade

do que reclamar independência e recusar os sacrifícios da poupança, por onde poderemos financiar o nosso próprio projeto de desenvolvimento. Inútil pensar que lograremos romper a dependência do setor externo da economia, buscando apenas projetar, internamente, a imagem de uma aspiração não expressa em resultados concretos. Não há independência no endividamento externo, nem há coragem no empenhar a autonomia do País por trás de uma farsa de emancipação. O atual Govêrno eliminou subsídios a produtos importados e aumentou tarifas de transportes e energia porque precisa poupar para investir. E| investir com os seus próprios recursos para ser o dono do seu desenvolvimento. Assim, pode prometer e defender uma independência real, e não meramente demagógica.

Na instalação do Conselho Consultivo do Planejamento, tendo em vista a integração da técnica, do capital e do trabalho, ali simbolizada, afirmei termos uma democracia a construir. Realmente, essa a grande responsabilidade que pesa sôbre os nossos ombros, e que não podemos mais transferir a outras gerações, como encargo que não nos competisse. Uma democracia que seja não apenas política, mas também social e econômica, pois em verdade será essa a grande obra da Revolução, cujo aniversário o País hoje comemora festivamente, bem certo do que ela significou para a sua tranqüilidade e para os seus ideais.

Não foi outro o objetivo do acontecimento que hoje comemoramos. A Revolução se fêz para gravar essa mensagem de esperança com responsabilidade no contexto de nossa vida econômica, política e social.

Por nossas mãos e por aquelas que já nos tocam do futuro, haveremos de construir uma democracia de oportunidades, contìnuamente expressa num desenvolvimento com estabilidade. Uma democracia verdadeira a serviço de um Brasil autêntico, fiel a suas origens e a seu destino, seguro de suas tradições e de seus compromissos.

Tenhamos, cada um de nós, a necessária coragem de assumir, sem procurar transferir a outros, a parcela de responsabilidade que nos cabe no ajustamento das estruturas econômicas e sociais às

reivindicações, legìtimamente populares de uma sociedade mais justa e mais desenvolvida. Sobretudo, tenhamos a necessária coragem de assumir a responsabilidade daqueles que fraquejam, se omitem ou se escondem, seja porque seus interêsses assim o exigem, seja porque seu egoismo assim não o permite.

Afanosa, portanto, é a tarefa que nos cabe realizar. Mas, estou certo de que a iremos efetuar juntos, irmanados pelas mesmas aspirações de renovação do Brasil.

Quanto ao Govêrno, orientado por indormida preocupação no sentido de propiciar a todos os brasileiros, estejam onde estiverem e sejam quais forem as suas condições sociais, número cada vez maior de oportunidades para ascenderem na vida social, não encontra motivos para pessimismo em relação ao futuro. Infeliz e inevitàvelmente o presente se mostra para muitos ainda cheio de provações que decorrem da dolorosa contingência de precisarmos corrigir erros passados, cuja manutenção seria fatal ao País.

Contudo, se levantarmos os olhos para mais longe, o que se nos depara é o extraordinário e ainda incalculado potencial de nossas riquezas. Riquezas de uma nação jovem, em acelerada expansão demográfica e cuja capacidade de realização está comprovada pelo grau de desenvolvimento alcançado em várias regiões do País. É certo que, por uma série de fatores ocorridos no último século, injusto e lamentável desequilíbrio fêz com que tenhamos, simultâneamente, áreas terrìvelmente empobrecidas, enquanto outras alcançaram índices de florescente desenvolvimento. Cumpre-nos eliminar tal disparidade, promovendo, por todos os meios ao nosso alcance, o revigoramento da economia das regiões subdesenvolvidas, e às quais não faltam condições para retomarem o ritmo da prosperidade.

Não temos, pois, obstáculos intransponíveis a nos barrar o passo no caminho da prosperidade. Pelo contrário, se ao lado dos elementos dados pela natureza colocarmos o povo brasileiro com as extraordinárias qualidades de inteligência, de temperamento, de trabalho e de civismo, que marcam magnìficamente a nossa coletividade, encontraremos não sòmente motivos de orgulho, mas, principalmente, de confiança em nossos destinos.

Não há, portanto, por que temermos o amanhã. Êste, num mundo que é dia-a-dia mais técnico, depende apenas da energia e da segurança com que traçarmos os grandes rumos da nacionalidade. Já fomos até chamados de "País do futuro". Contudo, a designação não nos deverá satisfazer indefinidamente, pois o que nos cumpre é fazermos com que não demore em sermos o País do presente.

Aliás, da disposição de ânimo em que se encontra a Nação para levar a bom têrmo as tarefas que lhe assistem no sentido do seu próprio engrandecimento, não poderá haver melhor testemunho do que esta esplêndida Sessão. Nela se unem representativos elementos dos Três Podêres da República, todos êles ùnicamente inspirados pelo bem público. Assim, se iniciei esta oração dizendo quanto estava honrado pelo convite do Congresso Nacional, desejo concluí-la expressando o meu reconhecimento aos Senhores Congressistas pela oportunidade que me foi dada de, nesta data histórica da nacionalidade, ocupar tão nobre e elevada Tribuna, símbolo vivo das nossas liberdades democráticas.